



EDITORIAL

A Revista de Contabilidade e Controladoria é uma publicação eletrônica, mantida pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná (PPGCONT-UFPR) e possui como missão difundir a pesquisa científica de elevada qualidade nas áreas de Contabilidade, Controladoria e Finanças. Em consequência dessa missão, o objetivo do periódico é publicar e propagar pesquisas teóricas ou empíricas, originais, desenvolvidas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que representem contribuições relevantes para a evolução do conhecimento contábil. A publicação é quadrimestral e cada edição comporta oito artigos científicos inéditos, direcionados a professores, pós-graduandos e profissionais que atuam na área de Contabilidade e áreas correlatas.

Assim, buscam-se textos que abordem assuntos relacionados às seguintes grandes áreas: Contabilidade Financeira; Teorias da Contabilidade; Controladoria, Contabilidade Gerencial e Controle Gerencial; Contabilidade e Análise de Custos; Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor; Auditoria e Perícia na área contábil e correlatas; Finanças Corporativas e Mercado de Capitais; Ensino da Contabilidade; Pesquisa em Contabilidade; e Epistemologia da Ciência Contábil.

Além dos oito artigos, esta edição traz uma pensata do professor Gilberto de Andrade Martins, intitulada “Pesquisa Contábil no Brasil: da Escolástica à Modernidade”, tratando dos aspectos científicos e produtivistas das pesquisas no campo da Contabilidade. Quanto aos artigos, no primeiro trabalho, Patrícia Rodrigues Quesado, Lúcia Lima Rodrigues e Beatriz Aibar Guzmán analisaram a influência da incerteza percebida no ambiente corporativo e do apoio da alta administração na adoção do *Balanced Scorecard* em organizações públicas e privadas portuguesas.

No segundo texto, Vinícius Macedo de Moraes, Mayra Francisco Polizel e Jaime Crozatti, analisaram a eficiência dos municípios paulistas em relação aos gastos públicos realizados na subfunção educação fundamental no ano de 2013 com a técnica da Análise Envolvória de Dados (DEA). A principal contribuição do trabalho refere-se à validação dos indicadores utilizados como insumos juntamente com a criação de indicadores de eficiência na educação, reforçando a necessidade de *accountability*.

Anny Cristiane de Medeiros Oliveira, Josedilton Alves Diniz, Jorge de Souza Bispo, Severino Cesário de Lima e Leandro da Costa Santos, buscaram avaliar a descentralização das compras governamentais da Universidade Federal de Campina Grande, especificamente os pregões eletrônicos para a aquisição de material de consumo. A relação da centralização e autonomia da Universidade Federal de Campina Grande mostrou que as aquisições realizadas em economia de escala são positivas

para a instituição, podendo, assim, unificar estas compras para se obter maior economia para os cofres públicos. A descentralização das universidades federais e autonomia de cada *campus* não se relacionam com o valor economizado nas compras governamentais, ou seja, as alterações ocasionadas por esta descentralização não geram grandes economias nas aquisições realizadas pelos *campi* interiorizados.

Na sequência, Rafael Todescato Cavalheiro, Cristiane Mallmann Huppés e Andréia Maria Kremer verificaram a percepção e aplicação do CPC PME pelos prestadores de serviços contábeis, por meio de uma pesquisa descritiva, tipo *survey*, com análise mista considerando quantitativamente as frequências e, qualitativamente, a construção hipotética de aspectos conceituais. Foram obtidas 26 respostas de profissionais atuantes na cidade de Dourados-MS. Os resultados apontam que há dificuldade em adotar a norma, principalmente no que tange a questões subjetivas, sem regras claramente definidas, a exemplo da aplicação do princípio da essência sobre a forma, mesmo com a participação em cursos capacitação.

No quinto artigo, Belquis Oliveira Meirelles, Barbara Zanini e Delci Grapegia Dal Vesco identificaram oportunidades de melhorias na gestão do capital intelectual junto às Diretorias de Planejamento e Administração dos *Campi* do Instituto Federal do Paraná (IFPR), por meio da técnica da matriz de importância e desempenho, desenvolvida por Martilla e James (1977). Os resultados evidenciaram em quais atributos e categorias a diretoria apresenta desempenho satisfatório, devendo manter os esforços na manutenção do trabalho que vem desenvolvendo e em quais deve concentrar seus esforços em ações de melhorias visando a suprir suas deficiências.

Na sequência, Vanessa Janiszewski, Livia Albuquerque Carrascoso, Luiz Antonio Felix Júnior, Umbelina Cravo Teixeira Lagioia e Marina Fidelis Jerônimo Oliveira buscaram identificar a presença de mecanismos de sinalização no mercado brasileiro, por meio da divulgação de informações nos demonstrativos financeiros anuais. O estudo provou que empresas tendem a sinalizar por meio de seus indicadores de performance voluntários quando ocorre uma queda no desempenho. Assim, mediante os resultados do estudo, verificou-se que empresas divulgam informação na busca reduzir a assimetria informacional para convencer aos seus usuários externos que estão agindo de forma otimizada.

Flávia Gregório Lindgren de Almeida, Raquel Suely de Carvalho, Waldir Jorge Ladeira dos Santos e Sérgio Luis Argolo de Bezerra buscaram analisar as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) referentes a Reavaliação e Depreciação de Ativos e as comparar com os procedimentos adotados pela Prefeitura de Caçador/SC, no ano de 2014. A pesquisa verificou que após a contratação de uma empresa de consultoria para realizar o inventário dos seus bens, o Ativo

Imobilizado da Prefeitura apresentou um aumento de R\$ 64 milhões em 2014 para R\$ 219 milhões em abril de 2015. As diretrizes adotadas pelo Município de Caçador representaram um grande avanço. Contudo, não foram adotadas todas as ações estabelecidas nas NBC TSP para a completa evidenciação do Patrimônio da Prefeitura as quais atenderiam aos usuários da informação contábil.

Finalmente, no oitavo e último artigo, o autor Jéferson Deleon Fávero, analisou as práticas de governança corporativa das empresas listadas no ISE de 2014 da BM&FBovespa em relação às recomendações do IBGC e comparou-as com a participação das empresas no primeiro quadrimestre do ISE de 2014, verificando que existe aderência das melhores práticas de governança corporativa sugeridas pelo IBGC (H1), mas a utilização das melhores práticas de governança corporativa não condiciona as empresas à uma melhor participação no ISE (H2).

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Prof. Dr. Flaviano Costa
Editor